

LISBOA



**HORIZONTES DE
TRANSFORMAÇÃO**
**UMA CIDADE
PARA TODOS**

Coordenação
JOÃO FERREIRA

As ilustrações que se encontram espalhadas pelo livro, pp. 83, 117, 165, 207 e 265, são da autoria de **Catarina Sobral, ilustradora.**

LISBOA, HORIZONTES DE TRANSFORMAÇÃO

UMA CIDADE PARA TODOS

Organização de João Ferreira

Capa e arranjo gráfico: Luís Carlos Amaro

Fotografias da capa de Luísa Ferreira

Impressão e acabamento: Europress – Indústria Gráfica

Data de impressão: Maio de 2025

Depósito legal n.º 547791/25

ISBN: 978-989-35918-7-1

Página a Página, Divulgação do Livro

Lisboa, 2025

Conheça os nossos livros em

www.paginaapagina.pt

Índice

Nota prévia	11
Preâmbulo	13
Concretizar imprescindíveis horizontes de transformação, construir uma cidade para todos	15
JOÃO FERREIRA	
O mais desafiante projecto colectivo da Democracia é a Cidade	23
ANA JARA	
A experiência SAAL em Lisboa e o essencial para 2050	31
RICARDO SANTOS	
O papel do espaço público para uma Lisboa metropolitana aberta, integradora e coesa na diversidade	38
JOÃO RAFAEL SANTOS	
Plano Diretor Municipal: do apelidado «plano polícia» ao anunciado «plano incentivo»	44
MÁRIO MOREIRA	
O desafio do urbanismo no planeamento das cidades	49
JOÃO CABRAL	
Em Lisboa, participação pode rimar com urbanismo	55
TIAGO MOTA SARAIVA	
A habitação e <i>habitat</i> , a nossa casa comum	59
FILIPA SERPA	
Crise de habitação em Lisboa	63
LUÍS MENDES	
Community Land Trust	68
JOANA PESTANA LAGES, RICARDO CARNEIRO, LUÍS MENDES	
Áreas Urbanas de Génese Ilegal – AUGI	74
MÁRIO MOREIRA	

É possível transformar um problema numa solução?	78	Logística urbana: coragem para agir	187
JOSÉ REIS		ALEXANDRE MARVÃO	
Da economia da cidade no contexto metropolitano e nacional: ir além da turistificação	85	Mobilidade Ativa: pilar da mobilidade urbana sustentável.	191
JOSUÉ CALDEIRA		SOFIA PIRES BENTO	
Lisboa vendida ao turismo?	91	Um Passo Firme	196
LUÍS MENDES		PEDRO NAVE	
Desigualdades e desenvolvimento para Lisboa	96	Por uma Lisboa mais saudável e acessível	202
NUNO NUNES		LEONOR MONIZ PEREIRA	
Lisboa: por uma economia mais democrática	101	Entre o presente e o futuro: à procura do brincar na boa cidade para as crianças!	209
GUILHERME RODRIGUES		FREDERICO LOPES, RITA CORDOVIL, CARLOS NETO	
Os jovens, o trabalho e a vida urbana: democratizar o direito à cidade ..	109	Contínuos ecológicos	216
RENATO MIGUEL DO CARMO		CARLOS A. F. DE MOURA	
Lisboa, cidade do trabalho	113	Gestão sustentável dos resíduos em Lisboa	222
ARMÉNIO CARLOS		RUI BERKEMEIER, SUSANA FONSECA	
Não vivemos todos na mesma cidade – a expressão urbana da luta de classes	119	O ar da nossa Lisboa menina e moça... ..	230
NUNO RAMOS DE ALMEIDA		HUGO TENENTE	
<i>Quem construiu esta cidade?</i> Algumas considerações sobre o futuro de Lisboa	123	Ruído: o silencioso inimigo da saúde pública	236
FLÁVIO ALMADA (LBC)		ACÁCIO PIRES	
O Direito à Cidade, a partir do Direito ao Bairro	129	Aproveitamento de águas autóctones	242
ROGÉRIO ROQUE AMARO		CARLOS A. F. DE MOURA	
Segurança, ou repensar Lisboa para além de dicotomias falsas	135	Novas tecnologias	248
SIMONE TULUMELLO		MARIA JOÃO RENDAS	
Os direitos defendem-se exercendo-os	140	Lisboa e a Cultura: nem «marca» nem «unicórnio», inteira e popular. ...	254
LÚCIA PEREIRA GOMES		FILIPE DINIZ	
Uma cidade onde mulher rima com liberdade	145	Os ecossistemas culturais e de cidadania para a construção de uma cidade sustentável	259
PAULA MIRANDA		MARTA SILVA, JOSÉ LUÍS COSTA	
As novas fronteiras da gentrificação: o exemplo do Beato	152	Da impertinência à impermanência	267
RUI MOTA		HUGO DA NÓBREGA CARDOSO	
Não há Lisboa sem Área Metropolitana, nem região sem cidade	157	E se Lisboa fosse... assim... tipo... imagina... tás a ver... uma cidade literária	272
SÉRGIO MANSO PINHEIRO		ANA MARGARIDA DE CARVALHO	
Acelerar para Travar	167	O desporto e a cidade	276
FILIPE MOURA		ISABEL CRUZ	
O caminho dever ser feito de transporte público	174	A Saúde no Centro do Plano para Lisboa	280
JORGE ALVES, CARLOS A. F. DE MOURA		EDITE QUEIROZ	
A «Human Transit Village Ecosystem» de Lisboa	179	Drogas, Vulnerabilidade e Intervenção	286
CARLOS GAIVOTO		ELSA LUCAS BELO	

Na preocupação com o todo, uma Lisboa comprometida com cada uma das suas partes	292
SÓNIA FERREIRA GONÇALVES	
Os serviços públicos e os trabalhadores municipais	295
NUNO ALMEIDA	
Quando eu for a Lisboa em 2050... ..	298
RITA LELLO	
Ensaio fotográfico – Lisboa 2014-2025.	301
LUÍSA FERREIRA	

Nota prévia

Este livro reúne 50 textos, além de ilustrações e fotografias, 54 autores, numa multiplicidade de olhares que se debruçam sobre Lisboa.

Estas páginas, se algo têm em comum, são um insatisfeito perscrutar da cidade, de que resultam ideias e propostas concretas para sua transformação. Esta é a sua maior virtude. Há uma certeza que as percorre: o que imaginamos para 2050 constrói-se hoje.

Aos autores que aceitaram este desafio é devido um penhorado agradecimento. Pela prontidão com que o fizeram, sem exceção. Pela paciência e tolerância perante pedidos, reparos ou sugestões impertinentes. Pela generosidade com que acederam a tais solicitações. Sobretudo, por tudo aquilo que o livro contém de bom, de útil, de necessário. A todos e a cada um deles, assim como aos leitores, é também devido um pedido de desculpas, pelas falhas que, apesar disso, conterà e que não são responsabilidade sua, somente de quem o organizou.

Perante a diversidade de perspetivas aqui reunidas, creio ser possível dizer que emerge com clareza a visão, que também é projeto, de uma cidade inclusiva e solidária, justa, democrática, progressista, ambientalmente sustentável. Falta construí-la.

Esse já é outro desafio.

João Ferreira

Deste modo, Lisboa pode tornar-se uma Cidade mais sustentável, mais inclusiva e mais aberta à interculturalidade.

Bibliografia

- Amaro, R. R. (2009). «Desenvolvimento Local». In *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Cattani, A. D. et al. (org.). Coimbra: Almedina e Centro de Estudos Sociais, 108-113.
- Amaro, R. R. (2018). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento.
- Amaro, R. R. (2022). «Desenvolvimento comunitário em Portugal: caminhos para o aprofundamento da democracia (uma governança local partilhada e participativa em contexto de crises)». In *Economia Local, Comunitária e Solidária – O Desenvolvimento Visto de Baixo*. Estivill, J. e Balsa, C. (org.). Ribeirão: Editora Húmus, 192-282.
- Amaro, R. R. e Ferreira, B. (2022). «Os Grupos Comunitários de Lisboa – Caminhos «Comuns» para uma Co-gestão Democrática da Cidade». *Revista de Economia Solidária*, 15: 17-61.
- Ander-Egg, E. (2005). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad*. 2.ª edição. Buenos Aires: Editorial Lumen Hvrmanitas.
- Carmo, H. (coord.) (2015). *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Dardot, P. et C. Laval. (2014). *Commun: Essai sur la révolution au XXIe siècle*. Paris: La Découverte.
- Ferreira, B. (2011). «Desenvolvimento, cidadania e participação: performances locais». Dissertação de mestrado. Lisboa, ISEG.
- Ferreira, B. and R. R. Amaro. (2021). «The Community Groups of Lisboa as ‘commons’». *Revista de Economia Solidária*, 14: 66-101.
- Fung, A. (2004). *Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- Fung, A. (2006). «Varieties of participation in complex governance». *Public Administration Review*, 66: 66-75.
- Fung, A., e E. O. Wright, ed. (2003). «Thinking about empowered participatory governance». Em *Deepening Democracy. Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance*. Londres: Verso, 3-44.
- Harvey, D. (2011). «The Future of the Commons». *Radical History Review*, Issue 109, 101-107.
- Marchioni, M. (coord.) (2001). *Comunidad y cambio social. Teoría y praxis de la acción comunitaria*. Madrid: Editorial Popular.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons. The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tarinski, Y. (s.d.). «The Commons as paradigm beyond state and markets», documento policopiado.

Segurança, ou repensar Lisboa para além de dicotomias falsas

SIMONE TULUMELLO

O regresso da (in)segurança

A «segurança», com as suas múltiplas aceções, voltou (mais uma vez) em força ao debate local e nacional durante os últimos meses de 2024. Em outubro, Odair Moniz, originário de Cabo Verde e residente em Portugal há décadas, tinha sido baleado e morto por um agente de polícia no bairro de Cova da Moura, Amadora, levando a duros protestos e à «militarização» de vários bairros racializados da área metropolitana – as investigações estão, até ao momento, a confirmar grandes lacunas na narrativa de Polícia de Segurança Pública (PSP) ⁽¹⁾. Em dezembro, a PSP foi protagonista de uma «rusga» na Rua do Benfornoso, na Mouraria, verdadeiro «centro» de populações da Ásia Meridional que residem em Lisboa. Uma foto, que tem circulado dentro e fora de Portugal ⁽²⁾, mostra dezenas de transeuntes, de origem migrante, encostados à parede da rua – uma imagem de enorme violência, simbólica e material.

Não é novidade que a instituição formalmente responsável pela segurança pública seja acusada de violência racial – isto é, de promover insegurança entre alguns grupos da população. Rusgas como a do Benfornoso são fre-

(1) *Sic Notícias*, 12-12-2024: «Morte Odair Moniz: PJ suspeita que faca pode ter sido colocada no local para justificar tiros»; *CNN Portugal*, 28/02/2025: «Agente da PSP que baleou Odair Moniz suspenso de funções».

(2) *Sábado*, 06-01-2025: «Atentado à dignidade e bem-estar. Queixa sobre operação no Maritim Moniz entregue na Provedoria».

Simone Tulumello. Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

quentes nos bairros onde residem os afrodescendentes; violência e racismo na polícia portuguesa têm estado longamente na mira de organizações responsáveis pela defesa dos direitos humanos (3).

Seria possível traçar uma história dos regressos da segurança e insegurança ao debate político nacional: em 2005, foi o lançamento de um plano nacional de videovigilância, em 2008, o «verão quente» da «imigração fora de controlo» e do relançamento do programa nacional de segurança em chave repressiva (4). Na disputa recente entre PS e PSD em Lisboa para se mostrarem os mais ativos na instalação da videovigilância (5) podemos ver claros reflexos desses passados.

Contudo, o debate securitário presente tem aspetos peculiares, fulcrais para compreendermos o «estado» da segurança e as possibilidades para uma trajetória diferente para Lisboa.

A primeira «novidade» é a presença de uma extrema-direita com força eleitoral sem precedentes, que tem capturado e abordado a questão da segurança de maneira especialmente virulenta. Também em 2008, a direita, especialmente o CDS de Paulo Portas, usava os dados sobre crime e imigração para atacar o governo (6). Mas parece qualitativamente diferente a participação do Chega na promoção de manifestações que mencionam a «segurança» para uma plataforma cuja estética é explícita e descaradamente racista (7), bem como a relação estrutural entre a direita parlamentar e setores das forças de polícia mais radicalizadas (8). Aliás, é também novidade que a pressão política da extrema-direita seja orientada contra a direita «tradicional», com o primeiro-ministro Luís Montenegro e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa Carlos Moedas, que, depois de reagirem na defensiva (9), têm final-

(3) *Report to the Portuguese Government on the periodic visit to Portugal carried out by the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CPT), from 23 May to 3 June 2022*. Strasbourg, 13/12/2023.

(4) Catarina Frois (2011), *Vigilância e poder*, Lisboa: Mundos Sociais; Simone Tulumello (2017), *Fear, Space and Urban Planning. A Critical Perspective from Southern Europe*, Springer, pp. 33-34.

(5) *Observador*, 25-02-2025: «PS em Lisboa acusa Moedas de «arrastar os pés» quanto à videovigilância na cidade».

(6) *Público*, 02-10-2008: «Paulo Portas exige mais restrições à imigração em debate sobre Segurança – CDS quer expulsar estrangeiros que tenham sido condenados por crimes».

(7) Veja-se o manifesto da manifestação nacional de 29 setembro 2024, divulgado nas redes sociais, que representa uma mulher vestida de burca e um homem, aparentemente de origem norte-africana, com uma metralhadora na mão.

(8) Ver episódio do podcast «Perguntar não ofende», de Daniel Oliveira, com Vítor Matos e Miguel Carvalho, de 04-04-2024.

(9) *CNN Portugal*, 24/10/2024: «Carlos Moedas: O sentimento de insegurança está a crescer na cidade de Lisboa. E eu não posso admitir isso».

mente apoiado um modelo de intervenção repressivo e fundamentalmente racista (10).

Mas talvez ainda mais peculiar, e relevante, é o facto de a nova retórica sobre segurança embater num contexto político previamente dominado por outra retórica, simetricamente problemática, orientada a «vender» o país e Lisboa precisamente pela sua segurança. Durante os últimos anos, por exemplo, a publicação anual do Global Peace Index (11), onde Portugal se tem mantido nas primeiras posições, era sistematicamente acompanhada por declarações triunfantes de políticos a celebrar um sucesso, nas suas palavras, «fundamental para a economia» (12). Fundamental, isto é, para um modelo de desenvolvimento económico, preparado (em São Bento pela direita e nos Paços do Concelho pelo Partido Socialista) durante os anos da austeridade e aprofundado nos anos da retoma, absolutamente dependente da atração de fluxos – de turismo, de utilizadores da cidade, de investimentos, de especulação imobiliária; um modelo de crescimento económico que, como evidente na dramática crise da habitação e no estado do trabalho e seus salários, está a multiplicar as desigualdades: a trazer muito poucos benefícios para a vida da grande maioria da população residente em Portugal e Lisboa.

Que segurança para Lisboa?

O conflito entre a utilização da segurança como «marca» para atrair investimento e a utilização da segurança para apontar as responsabilidades do sofrimento social às populações marginalizadas e racializadas – e, ao mesmo tempo, justificar uma agenda repressiva e violenta – encapsula, parece-me, muitos dos problemas da política que tem dominado o país nas últimas décadas. O mesmo poderia ser dito do conflito entre as duas visões dominantes da imigração, que opõem uma conceção dos imigrantes enquanto responsáveis por todos os problemas do país e uma resposta economicista que os instrumentaliza: úteis porque pagam impostos e contribuições à segurança social. Pensar a segurança para 2050 implica, na minha perspetiva, transcender um conflito mais aparente que substancial entre visões utilitaristas da segurança e da imigração, resistir à dicotomia entre um racismo descarado e um racismo

(10) *CNN Portugal*, 19/12/2024: «Montenegro dá ordem à polícia para fazer mais operações aparatosas. Oposição indigna-se: *Inaceitável, cria alarme social*».

(11) <https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>

(12) *Jornal de Notícias*, 27-11-2017: «Ser o 3.º país mais seguro do mundo é “fundamental” para a economia».

paternalista, entre um modelo político explicitamente violento e um modelo económico estruturalmente violento.

Para pensarmos uma segurança diferente em Lisboa, precisamos de sair desta encruzilhada para tomar direções ortogonais, corajosas e radicalmente diferentes.

Antes do mais, terá reparado o leitor, é impossível falar de segurança em Lisboa sem considerar o contexto nacional (e, de facto, global): a segurança e as suas políticas têm um carácter estruturalmente multiescalar ⁽¹³⁾. Num país profundamente centralizador como Portugal, pensar a segurança urbana implica pensar antes de mais as relações da política local com a política nacional – que é formalmente responsável pela segurança. A responsabilidade nacional pela segurança tem, especialmente na década de 2010, fomentado algumas experimentações interessantes, mesmo em Lisboa, como, por exemplo, o policiamento comunitário lançado enquanto piloto na Alta de Lisboa e depois em outros bairros ⁽¹⁴⁾. Embora a dimensão propriamente «comunitária» tenha sido relativamente marginalizada ao longo dos anos, com uma participação popular sempre mais fraca, o policiamento comunitário de Lisboa tem-se configurado como um espaço de diálogo e colaboração interinstitucional no sentido da resolução de problemas à escala do bairro, com impactos relevantes em termos de perceção de segurança. Uma das razões é o ter sido implementado por um corpo de polícia, a Polícia Municipal, que, não tendo competências criminais, não funciona numa lógica – típica das polícias ditas «de segurança» (PSP e GNR) – de «números» de detenções e não necessita de demonstrar-se um ator «musculado» no espaço público ⁽¹⁵⁾.

A efetividade de um programa de policiamento «não policial» é uma prova poderosa de uma questão mais ampla: o facto de que, ao sairmos das retóricas securitárias, a própria segurança não é um objetivo político que se possa perseguir através da força policial. Como longamente explicado pela crítica filosófica e social, nas palavras de pensadores e pensadoras como Michel Foucault ou Mark Neocleous, Angela Davis ou Koshka Duff, é o próprio aparelho policial do Estado liberal e burguês que produz insegurança – os casos que abrem este texto são exemplos entre milhares. Antes pelo contrário, é no pensamento abolicionista e feminista que encontramos as pistas para pensar

(13) Simone Tulumello (2018), The multi-scalar nature of urban security and public safety: Crime prevention from local policy to policing in Lisbon (Portugal) and Memphis (the United States), *Urban Affairs Review*, 54(6), 1134-1169.

(14) *Idem*.

(15) Cutting Crime Impact – Making the Case for a Community Policing Approach: Lessons from Lisbon Model, CCI Webinar 3, https://www.youtube.com/watch?v=7M_ZZ5RNJEU&ab_channel=praeventionstag.

uma segurança inclusiva, para todos e todas: na transformação estrutural do Estado para além do aparelho securitário e policial e na construção de instituições orientadas para o cuidado e que, ao mesmo tempo, não banalizem ou ridicularizem os sentimentos de insegurança vividos no dia a dia.

Voltando com um exemplo para Lisboa, a resposta à retórica securitária da direita quanto à «islamização» da cidade não pode ser o argumento «progressista» quanto à necessidade de manter uma força de trabalho a baixo custo para os serviços da cidade globalizada – sendo estafetas e condutores de TVDE as subjetividades mais visíveis dessa força de trabalho. Precisamos, por um lado, de questionar um modelo de desenvolvimento centrado na precarização do trabalho através das plataformas tecnológicas: considerarmos os trabalhadores e as trabalhadoras migrantes enquanto sujeitos históricos com direitos, que podem participar na luta para uma cidade (e sociedade) socialista. E, pelo outro, termos a coragem de enfrentar as transformações no espaço público a partir das experiências de quem as vive com preocupação. Se é verdade que a masculinização de muitas ruas de Lisboa ligada com a imigração oriunda da Ásia Meridional não tem significado, pesem embora as mentiras da direita, um incremento dos crimes, temos de reconhecer que é a própria masculinização – independentemente da origem étnica ou racial – que causa sentimentos de insegurança em certas componentes da população, especialmente mulheres e pessoas não normativas. Trata-se de pensar como se podem trabalhar os espaços públicos de forma mais inclusiva, em que as transformações da cidade globalizada, e os conflitos que inevitavelmente acarretam, possam ser vividas positivamente por todos e todas. Outra vez, trata-se de superar a dicotomia utilitarista entre imigração como problema e imigração como recurso económico.

Trata-se, no fundo, de transferir recursos – económicos, sociais, políticos – para uma política do cuidado, que inicie com os direitos do trabalho, passe pelos direitos sociais e chegue à gestão das transformações do espaço público sem fugir do conflito, antes pelo contrário mobilizando-o como instrumento de compreensão mútua. Lisboa precisa de repensar-se profundamente para não cair nas armadilhas da segurança preparados por quem tem governado o país e a cidade nos 50 anos que já passaram desde o fim do PREC.